

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Com alta de imposto, corte no Orçamento deve ser de R\$ 30 bi.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Trump dá sinal verde para construção de oleoduto polêmico.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: O esparadrapo não foi suficiente.....	4
Título: Vale obtém vitória em ação nos EUA.....	6
Título: Sinal verde para Keystone.....	7
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	8
Título: Oleoduto polêmico é aprovado	8

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Martha Beck****Título: Com alta de imposto, corte no Orçamento deve ser de R\$ 30 bi.**

Cálculo considera aumento de PIS/Cofins e reversão de desonerações.

Cálculos feitos por integrantes da equipe econômica indicam que o contingenciamento do Orçamento de 2017, que será anunciado na semana que vem, poderia ficar próximo de R\$ 30 bilhões. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento já enviaram ao presidente Michel Temer uma lista de medidas que aumentariam as receitas para minimizar o rombo nas contas, que hoje está previsto em R\$ 58,2 bilhões.

Segundo os técnicos, foram feitas simulações com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre câmbio, com o PIS/Cofins sobre combustíveis e com a reversão do programa de desoneração da folha de pagamento das empresas. Juntas, essas medidas trariam uma receita adicional de R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão do IOF, R\$ 6 bilhões do PIS/Cofins e R\$ 8 bilhões com as mudanças na desoneração. A área econômica quer, ainda, mudar a contabilização de precatórios, o que renderia mais R\$ 7 bilhões.

Além disso, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, já anunciou que decisões judiciais sobre a devolução de usinas com prazo de concessão encerrado devem render outros R\$ 10 bilhões. Assim, no total, haveria uma margem de R\$ 32 bilhões para reduzir o rombo, o que poderia deixar o contingenciamento em torno de R\$ 26 bilhões.

O problema é que o IOF sobre câmbio é visto com reserva, especialmente pelo Banco Central, e dificilmente sairá do papel. De acordo com os técnicos do governo, as maiores chances no momento são de aumento do PIS/Cofins sobre combustíveis e a reversão de parte da desoneração da folha de pagamentos.

A elevação da Cide (tributo que também incide sobre a gasolina) foi descartada por dois motivos: além de ter forte impacto na inflação, ela teria de ser partilhada com estados e municípios, reduzindo a fatia da União no bolo. Pelas contas dos técnicos, o PIS/Cofins também tem impacto nos índices de preços, mas ele seria em torno de 0,2 ponto percentual.

Esta semana, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou a liminar que suspendia a relicitação de uma usina hidrelétrica de Jaguará, hoje

da Cemig. Assim, se ela for leiloadada novamente, pode responder por recursos significativos ao país. Nas contas da Fazenda, esse valor chegaria a R\$ 6,5 bilhões.

Além disso, existem outras duas hidrelétricas, de Miranda e São Simão, que estão em situação jurídica similar. Juntas, as três usinas têm capacidade de geração de cerca de 2,5 mil megawatts (MW). Em 2015, o governo federal arrecadou R\$ 13,8 bilhões com a relicitação de duas usinas prontas de 2,6 mil MW.

No caso dos precatórios, a equipe econômica decidiu resgatar uma medida proposta pela equipe da ex-presidente Dilma Rousseff. A ideia geral é que recursos destinados ao pagamento de precatórios (obrigações de pagamento dos entes públicos decorrentes de ações judiciais definitivas) que estejam parados nos bancos há mais de quatro anos não sejam contabilizados como despesas primárias e ajudem na realização da meta. Na época, o governo estimava que havia R\$ 12 bilhões em recursos não sacados na Caixa e no Banco do Brasil que poderiam ajudar a reforçar o resultado fiscal de 2016. Agora, o montante estimado é de R\$ 7 bilhões.

Projeção menor de receita

Segundo o primeiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, o rombo de R\$ 58,2 bilhões nas contas é resultado de forte queda nas receitas e de aumento nas despesas. A projeção de receita foi reduzida em R\$ 54,8 bilhões — de R\$ 1,187 trilhão para R\$ 1,132 trilhão. Isso ocorreu porque o governo reduziu sua previsão para o crescimento da economia em 2017 de 1,6% (na lei orçamentária) para 0,5%. Além disso, foram revistas as estimativas de arrecadação com concessões e vendas de ativos.

Do lado das despesas, houve uma revisão dos desembolsos, que aumentaram R\$ 3,4 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor:

Título: Trump dá sinal verde para construção de oleoduto polêmico

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deu aval nesta sexta-feira (24) à construção do oleoduto Keystone XL, um projeto controverso que havia sido barrado por seu antecessor, Barack Obama.

"Vai ser um oleoduto incrível", anunciou Trump. "A melhor tecnologia conhecida por homens e mulheres e, francamente, estamos muito orgulhosos disso."

O republicano deu autorização para que a empresa TransCanada realize as obras do oleoduto, estimadas em US\$ 8 bilhões (R\$ 25 bilhões).

O projeto prevê a construção de um oleoduto de mais de 2.700 quilômetros de extensão que carregará petróleo desde a província de Alberta, no Canadá, até refinarias no Texas.

Segundo o presidente, o projeto reduzirá os custos energéticos e a dependência na importação de petróleo, além de criar milhares de empregos nos EUA, inaugurando uma "nova era na política energética" do país.

A TransCanada já anunciou que não cumprirá a exigência de Trump de usar preferencialmente canos de aço produzidos nos EUA no projeto. Segundo a firma, grande parte do material adquirido tem origem canadense e mexicana.

O oleoduto ainda deve enfrentar entraves na Justiça devido a disputas locais com indígenas e proprietários de terra que se opõem às obras em seus territórios.

Obama rejeitou em 2015 a construção do oleoduto após pressões de grupos ambientalistas.

Segundo a ONG Greenpeace, a liberação do projeto por Trump envia um sinal para o mundo de que os EUA estão "retrocedendo" nas políticas ambientais e energéticas.

"O Keystone foi barrado uma vez antes e será barrado novamente", disse Annie Leonard, diretora da ONG nos EUA.

A retomada do Keystone sinaliza um giro da política ambiental sob Trump. A proposta de orçamento enviada pelo presidente ao Congresso reduz em 31% a verba destinada à Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês). Além disso, o escolhido do republicano para chefiar a EPA é Scott Pruitt, aliado de petrolíferas e crítico de longa data da agência.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: O esparadrapo não foi suficiente

Recente repactuação do risco hidrológico das UHEs trouxe apenas um alívio temporário

Em 2014 e 2015 o setor elétrico brasileiro enfrentou uma grave crise estrutural, comercial e regulatória, originada na Medida Provisória (MP) 579/12. As medidas

da MP, aliadas a uma crise hídrica, influenciaram o despacho das usinas hidrelétricas (UHEs), afetando significativamente o fator de ajuste, conhecido como GSF (Generation Scaling Factor), do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Com isso, os geradores hidrelétricos se viram num pesadelo bilionário por causa do GSF, e a exposição desses agentes já é causa de disputa judicial. Até então, o risco hidrológico era inerente ao negócio, por configurar casos excepcionais de baixa pluviosidade ou erro na estratégia de contratação de energia dos geradores. Desta vez, a causa do risco hidrológico foram as políticas de expansão e operação impostas pelo governo, que alterou os modelos e as estratégias dos geradores, deixando-os involuntariamente expostos, com a imposição de riscos extraordinários, não contemplados pelas premissas licitatórias dos certames e para os quais não havia ferramentas de gestão disponíveis.

A deterioração do GSF por fatores não hidrológicos criou incertezas jurídicas e regulatórias, em razão do enorme prejuízo causado aos geradores no mercado de curto prazo. Na busca de solução, o governo viabilizou, com a Lei 13.203/15 e a Resolução Normativa da Aneel 684/15, a repactuação do risco hidrológico das usinas com os consumidores.

Por essas medidas se criou uma espécie de seguro parcial (há parcela importante de geração não contemplada nesta equação) envolto de contrapartidas a serem honradas pelos agentes em troca da repactuação do risco hidrológico. A adesão dos geradores à repactuação foi condicionada à suspensão das ações judiciais e à renúncia a qualquer alegação de direito relativo à isenção/mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

À época da repactuação, os geradores tentaram desassociar a Geração Fora da Ordem de Mérito (Gfom) do risco hidrológico, sem sucesso. Apesar da busca pela regulamentação do ressarcimento pelos custos da Gfom, a Portaria 41/17 do Ministério de Minas e Energia alterou a titularidade da Gfom para despacho na ordem de mérito, ampliando o despacho térmico. Assim, o deslocamento da geração hídrica se manteve sem ressarcimento e com Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) mais elevado.

As medidas, amparadas pela melhora da hidrologia e a redução da demanda, trouxeram alívio temporário. Mas o volume de chuvas está diminuindo e a chegada do período seco pode trazer de volta o pesadelo do GSF.

A composição da nossa matriz elétrica está mudando. A fonte hídrica, que em 2000 representava 94% da geração no País, em 2016 reduziu sua participação para pouco mais de 70%, em razão do avanço das fontes eólica, solar e de

biomassa. Essa não é uma constatação ruim, a tendência de fontes renováveis intermitentes é mundial e é natural que o Brasil se enquadre nisso.

O fato é que as regras do modelo atual, concebidas há 20 anos, já não refletem as novas condições do sistema e as adequações dos últimos anos só tentaram equacionar problemas de curto prazo. Essa situação torna a recente repactuação do risco hidrológico uma espécie de esparadrapo. Isso porque a questão regulatória não acompanhou a mudança estrutural do sistema, tornando recorrentes problemas como o GSF.

Essa conjuntura vem prejudicando não só as usinas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, que usam seus Ebitdas para amortizar dívidas, como também as demais usinas integrantes do Sistema Interligado Nacional.

A regulação do setor precisa atender à nova estrutura do sistema elétrico, reconhecendo a perda da capacidade de regularização dos reservatórios das UHEs, a expansão das fontes renováveis e da geração térmica. Por isso, devem-se buscar soluções de medidas estruturais, como revisão da regra do MRE, para limitar os riscos assumidos pelos geradores hídricos na concepção dos projetos e realização de leilões de usinas térmicas a gás para operar na base ainda em 2017.

*Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Wagner Gomes

Título: Vale obtém vitória em ação nos EUA

A Vale anunciou um avanço na ação coletiva relacionada a valores mobiliários proposta contra a companhia e três de seus executivos perante o Tribunal Distrital dos Estados Unidos no Distrito Sul de Nova York.

De acordo com comunicado, a Corte emitiu nesta quinta-feira decisão julgando extinta a ação com relação à maior parte dos pedidos aduzidos contra a Vale e os indivíduos que são réus, todos os pedidos formulados contra o diretor-presidente da Vale, Murilo Ferreira, e todos os pedidos relativos à responsabilidade pessoal de controle dos réus indivíduos.

Sustentabilidade

Segundo a mineradora, a pequena parte da ação que permanece é limitada a algumas declarações relativas à mitigação de risco que constaram nos Relatórios de Sustentabilidade da Vale em 2013 e 2014, e declarações isoladas a respeito da

responsabilidade da Vale pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), feitas durante uma única conferência telefônica em novembro de 2015.

A barragem de Fundão era operada pela mineradora Samarco, uma joint venture da Vale com a anglo-australiana BHP Billiton e se rompeu em novembro de 2015.

"A Vale está satisfeita de que a Corte tenha reconhecido amplamente a falta de embasamento desta ação e continua confiante de que os poucos pedidos que permaneceram não têm mérito. A Vale continuará a combater vigorosamente essa ação", diz a nota da companhia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Sinal verde para Keystone

WASHINGTON/CALGARY - A administração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aprovou o oleoduto Keystone XL da TransCanada Corp nesta sexta-feira, animando a indústria do petróleo e enfurecendo ambientalistas, ainda que obstáculos mais adiante no projeto permaneçam.

A aprovação reverte uma decisão do ex-presidente Barack Obama de barrar o projeto, mas a companhia ainda precisa obter o financiamento, conseguir licenças locais e vencer desafios legais para que o oleoduto seja construído.

"A Transcanada será finalmente permitida a concluir esse projeto, há muito atrasado, com eficiência e rapidez", disse Trump no Salão Oval antes de perguntar ao presidente da Transcanada Corp, Russell Girling, sobre quando a construção irá começar.

"Temos trabalho a fazer em Nebraska para conseguir nossas licenças lá", disse Girling. "Nebraska?", disse Trump. "Eu liguei para o Nebraska."

Trump anunciou a autorização presidencial para o oleoduto Keystone na Casa Branca com Girling e Sean McGarvey, presidente dos Sindicatos de Construção da América do Norte, ao seu lado. Ele disse que o projeto iria reduzir os preços do combustível a consumidores, criar empregos e reduzir a dependência dos Estados de petróleo estrangeiro.

As ações da Transcanada listadas nos EUA subiram 0,52 por cento para 46,50 dólares, tendo subido até 7 por cento antes do início da sessão.

O oleoduto que ligará as areias petrolíferas do Canadá a refinarias dos EUA havia sido barrado por Obama, que disse que o projeto não ajudaria em nada na

redução dos preços de combustíveis para motoristas dos EUA e iria contribuir a emissões relacionadas ao aquecimento global.

Trump, no entanto, prometeu durante sua campanha que aprovaria o projeto e assinou um decreto para avançar o projeto logo após assumir o cargo em janeiro.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Mundo

Autor:

Título: Oleoduto polêmico é aprovado

Afago aos empresários e indisposição com os ambientalistas. Com uma única cartada, o presidente Donald Trump conseguiu as duas proezas ao autorizar ontem a canadense TransCanada a construir o oleoduto Keystone XL, dando a aprovação final a um projeto congelado pelo governo de Barack Obama. “Hoje é um grande dia para os empregos nos Estados Unidos e um momento histórico para a América do Norte e para a independência energética”, declarou Trump. “Os oleodutos são muito mais seguros do que outras formas de transporte.”

O primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, também se declarou “muito feliz” pela decisão e enfatizou o desejo do Canadá de ser sócio de Washington para ajudar os EUA a garantirem suas provisões energéticas. “Encaminhar nossa produção para os mercados é essencial para o crescimento econômico americano”, assegurou Trudeau durante entrevista coletiva em Montreal.

Em relatório publicado há dois anos, o Departamento de Estado calculou que a obra geraria 50 empregos permanentes e aproximadamente 42 mil diretos e indiretos durante a construção do oleoduto de 1.900km de extensão. Keystone XL atravessará cerca de 500km do território canadense de Alberta e 1.400km dentro dos Estados Unidos até refinarias no Golfo do México.

Depois de nova revisão do projeto, o subsecretário de Estado, Thomas Shannon, outorgou a permissão presidencial, concluindo, entre outras coisas, que “servirá ao interesse nacional”, segundo o Departamento de Estado. O oleoduto “melhorará a segurança energética, criará empregos e beneficiará o crescimento econômico”, informou a Câmara de Comércio dos EUA. O titular da diplomacia americana, Rex Tillerson, ex-presidente da companhia de petróleo ExxonMobil, não participou na decisão após as denúncias sobre conflitos de interesse no assunto.

Ecologia

A TransCanada agradeceu ao governo americano pela revisão e aprovação do projeto. “Este é um momento importante para o projeto Keystone XL”, disse o presidente e diretor-executivo da companhia canadense, Russ Girling. A companhia deve investir US\$ 15 bilhões, e o projeto contribuirá com US\$ 3,4 bilhões do Produto Interno Bruto dos EUA. Duramente criticado por ambientalistas, o projeto ganhou em 2012 um novo traçado que evitava reservas naturais. Os grupos ecologistas concentraram então suas críticas no tipo de petróleo transportado: as areias butamínicas de Alberta requerem uma extração que demanda muita energia e que produz um grande volume de gases de efeito estufa. Obama era crítico contundente do oleoduto e dizia que a obra “não faria baixar o preço dos combustíveis para os consumidores americanos”.

MME / ASCOM .